



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004096-02.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Fernando de Castro Marques**  
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**Fernando de Castro Marques** opõe embargos à execução fiscal que lhe move a **Fazenda Municipal de São Carlos**, alegando a nulidade das CDAs pelo não preenchimento de seus requisitos formais, no tocante à origem e à natureza do crédito tributário, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado o crédito e o número do processo administrativo de que se originou.

Alega a impugnada, preliminarmente, intempestividade dos embargos à execução, eis que opostos após decorridos 30 dias do depósito voluntário pelo embargante nos autos da execução fiscal. Quanto ao mérito, aduz que, na execução fiscal, requereu a substituição das CDAs, deixando-as em consonância com os imperativos do artigo 2º, § 5º da Lei de Execuções Fiscais.

Além de disso, sustenta que juntou aos autos cópia integral do Processo Administrativo nº 8067/2013, o qual deu origem às inscrições na dívida ativa e informa que houve notificação do contribuinte sobre os seus termos, por duas vezes, tendo ele requerido a extração de cópias, deferida em 17/08/2015.

Réplica oferecida.

**É o relatório. Decido.**

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 17, parágrafo único da LEF,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

porque a matéria controvertida é exclusivamente de direito.

O termo inicial de contagem do prazo para os embargos à execução não é a data do depósito e sim a data em que o executado é intimado a respeito da formalização da garantia, por termo judicial (STJ, AgRg no Ag 1192587/SP, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, 1ªT, j. 23/02/2010; REsp 1254554/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/08/2011) ou, se o juízo entender que a formalização do termo é desnecessária, da intimação do executado a respeito da aceitação do depósito como garantia, intimação para o oferecimento de embargos. No presente caso, esses atos ainda não tinham sido praticados quando o executado ofertou os embargos, logo não há que se falar em intempestividade.

**Quanto ao mérito, são exigências do art. 202 do CTN c/c art. 2º, §§ 5º e 6º da LEF, quanto aos requisitos formais da CDA:** nome e endereço do devedor e eventuais co-responsáveis; valor originário da dívida; maneira de calcular a atualização monetária, os juros moratórios e os demais encargos; termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos; valor atual da dívida; origem e natureza do crédito; fundamento legal do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei; fundamento legal da atualização monetária; data da inscrição em dívida ativa, e ainda o livro e folha de inscrição; número do eventual processo administrativo que originou o crédito.

Verifica-se que a embargada requereu, na execução fiscal, a substituição das CDAs, utilizando-se da prerrogativa concedida no artigo 2º, §8º da Lei de Execução Fiscal, o tendo feito dentro do prazo legal e, no primeiro momento, informou nestes autos sobre o fato.

As Certidões de Dívida Ativa, substituídas, informam corretamente o número do processo administrativo pelo qual a infração foi determinada e imposta. O embargante em posse dessa informação, ratificou em réplica a alegação de irregularidade das CDAs.

Ainda que assim não fosse, eventual irregularidade pontual quanto a um ou outro aspecto, no presente caso, não trouxe prejuízo à defesa do embargante, que inclusive foi notificado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

por duas vezes no processo administrativo fiscal e, se não bastassem as notificações, fez requerimento para cópia do inteiro teor do processo em questão, o qual foi deferido em 20/08/2015, portanto tinha pleno conhecimento sobre a natureza da cobrança.

Inexistindo prejuízo à defesa do executado, não se fala em nulidade da execução fiscal, uma vez que a indicação dos dados previstos na legislação, na CDA, têm exatamente o propósito de proporcionar a defesa do contribuinte. Analogicamente, aplicam-se as regras do CPC para o tratamento das nulidades processuais (art. 277; art. 282, § 1º; art. 283, § único)

Nesse sentido, o E. STJ entendeu que “a existência de vícios formais na Certidão de Dívida Ativa apenas leva a sua nulidade se causar prejuízo ao exercício do direito de ampla defesa” (AgRg no Ag 1153617/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 14/09/2009).

**Ante o exposto, deixo de acolher os embargos e condeno o embargante em custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor atualizado da causa. Com o trânsito em julgado, prossiga-se na execução.**

P.I.

São Carlos, 18 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**